

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 30/Out



cntv@terra.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3077- Ano 2023



BAHIA

INFORMAÇÃO DE INTERESSE/ VIGILANTES

Para conhecimento de todas e todos transcrevemos a seguir informações que podem ser de interesse da categoria, extraídas de publicações do Diário Oficial da União – DOU e relativos a atos da Polícia Federal –PF em relação a empresas de segurança privada autorizadas no estado da Bahia



EMPRESAS/RENOVAÇÃO ANUAL DE AUTORIZAÇÃO:

- **DOU 27/9/23** - Revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um), empresa EMBAVIG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 10.999.424/0001-65, especializada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada;

- **DOU 27/9/23** - revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano, Empresa PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA LTDA, CNPJ nº 04.808.914/0003-04, especializada na atividade(s) de Vigilância Patrimonial;

- **DOU 28/9/23** - - revista a autorização de

funcionamento, válida por 01(um) ano, empresa AVI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.738.828/0001-90, especializada em Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal.

- **DOU 28/9/23** - revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano, empresa ATRELA SEGURANÇA PATRIMONIAL E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 37.076.837/0001-24, especializada, na atividade(s) de Vigilância Patrimonial.

- **DOU 28/9/23** - revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano, empresa PSV - VIGILANCIA INDUSTRIAL E PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.194.906/0001-08, especializada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada.

- **DOU 18/10/23** - revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMERCIAL VR STONES LTDA, CNPJ nº 05.909.514/0002-69.

- **DOU 25/10/23** - revista a autorização

de funcionamento, válida por 01(um) ano, concedida à empresa ATM SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 22.924.520/0001-23, especializada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial.

EMPRESAS/AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO:

-DOU 21/9/23 - CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PONTO FORTE ARMAS E MUNICOES LTDA, CNPJ nº 30.179.285/0001-30, para atuar na Bahia.

EMPRESAS/AUTORIZAÇÕES DIVERSAS:

- **DOU 28/9/2023** - CONCEDER autorização à empresa RANGERS INSTITUTO DE ENSINO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº

17.756.759/0001-00, sediada na Bahia, para adquirir: Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército: Munições calibre 38.

- **DOU 28/9/23** - CONCEDER autorização à empresa PONTO 40 ESCOLA DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 38.245.879/0001-04, sediada na Bahia, para adquirir: Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:... Munições calibre 38.

- **DOU 10/10/23** - Conceder autorização, à empresa ASA BRANCA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.564.433/0002-30, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal na Bahia.

José Boaventura

Presidente da CNTV



BB acusa Washington Cinel de buscar RJ para “manter luxo e ostentação”

Banco do Brasil (BB) afirma que Washington Cinel quer “distribuição de renda às avessas” com pedido de recuperação judicial de R\$ 1,7 bi

Reprodução/Instagram



O Banco do Brasil (BB) fez duras críticas e levantou suspeita sobre o pedido de recuperação judicial (RJ) apresentado à Justiça de São Paulo, em setembro, pelo grupo do empresário Washington Cinel, dono da Gocil, uma das maiores empresas de segurança privada do país.

A instituição financeira afirma que Cinel “ostenta uma vida de luxo” e que quer viver

às custas de seus credores. O banco pediu à Justiça paulista que obrigue o empresário a explicar seu patrimônio e que seja feita perícia para constatar se ele, de fato, está em crise que justifique a sua recuperação judicial.

Com dívidas que somam R\$ 1,7 bilhão, o Grupo Handz, que controla as empresas de Cinel, incluindo a Gocil e fazendas usadas para o agronegócio, entrou com pedido de

recuperação judicial no dia 29 de setembro. O empresário afirma que seu grupo empresarial acabou enrolado com empréstimos que contraiu com bancos.

Nesta sexta-feira (13/10), o Metrôpoles revelou que Cinel pegou, por meio de uma das empresas, R\$ 510 milhões em empréstimos com o Banco do Nordeste (BNB) no Maranhão, dias antes de entrar com pedido de recuperação judicial em São Paulo. Na prática, a operação pode dificultar que credores tomem a fazenda maranhense dada como garantia ao BNB, que tem tamanho equivalente a 21 mil campos de futebol.

O Banco do Brasil é um dos grandes credores de Cinel. A defesa do empresário apresentou planilhas com centenas de páginas de empresas com as quais têm dívidas. O Metrôpoles identificou pelo menos R\$ 206 milhões somente com o BB. Entre as garantias, estão papéis sobre a produção das fazendas e maquinário.

O banco ressaltou que Cinel teve lucro de R\$ 63 milhões somente nos últimos três anos. O BB diz ainda que a Justiça não pode aceitar pedidos de recuperação de empresas que não estão em crise, sob pena de conceder “blindagem de seu patrimônio”.

Segundo o BB, “é público e notório o estilo de vida de luxo e ostentação do Sr. Washington, colecionador de obras de arte, vivendo em mansão no Jardim Europa, com proporções de áreas rurais, dentre outras regalias”.

O banco ainda afirma que o que Cinel pretende “é uma distribuição de renda às

avessas, nas quais os credores que lutam para pagar suas contas cotidianas, se sacrificariam para manter o luxo e ostentação do devedor”.

“Nessa esteira, anota-se que a recuperação judicial pressupõe o sacrifício financeiro de todos, que sempre colaboraram para o crescimento da empresa, não sendo minimamente justo impor esse sacrifício aos credores, sem que o empresário mova sequer um grão de areia de sua vida luxuosa para preservação da própria empresa, especialmente quando ele, conforme demonstrado acima, tem plenas condições econômicas de fazê-lo, sem o requerimento da proteção recuperacional”, diz o banco.

O juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, nomeou um perito para analisar a situação das empresas de Cinel. Em casos de recuperação judicial — processo destinado ao saneamento das contas e continuidade da empresa —, a Justiça precisa constatar se ela realmente realmente está em atividade, se está mesmo em crise ou já está falida.

O laudo da perícia constatou que as fazendas de Cinel têm forte presença de funcionários e maquinários agrícolas e que suas empresas estão funcionando em diversos estados. O BB quer que a Justiça obrigue o perito nomeado para o caso para que analise a “real situação financeira” das empresas.

FONTE: METROPOLES - Luiz Vassallo

Safra diz que dono da Gocil faz recuperação fake para blindar bens

Banco Safra também questiona crédito de R\$ 325 milhões obtido junto ao BNB às vésperas de recuperação judicial, como mostrou o Metrôpoles

Foto: Gocil



O Banco Safra afirmou à Justiça nessa quinta-feira (26/10) que o empresário Washington Cinel, dono da Gocil, uma das maiores empresas de segurança privada do país, usou o pedido de recuperação judicial como uma “pueril tentativa de blindar” seu “multimilionário” patrimônio e “fraudar seus credores”.

A instituição financeira põe em xeque se o grupo de Cinel está realmente em crise econômica e questionou créditos contraídos pela empresa às vésperas do pedido de recuperação judicial (RJ).

Como mostrou o Metrôpoles, Cinel pediu recuperação judicial com dívidas de R\$ 1,76 bilhão à Justiça de São Paulo. O próprio empresário juntou ao processo cédulas de crédito firmadas junto ao Banco do Nordeste (BNB) que chegam à cifra de R\$ 510 milhões.

Do total, R\$ 325 milhões foram contratados dois meses antes do pedido de recuperação e

R\$ 32 milhões foram liberados a apenas oito dias da tentativa de entrar em RJ.

Uma fazenda foi dada como garantia do negócio. Como mostrou a coluna de Guilherme Amado, a fazenda havia sido comprada por Cinel em 2021, por R\$ 42 milhões. Mesmo assim, foi avaliada em R\$ 325 milhões pelo Banco do Nordeste para firmar uma cédula de crédito na mesma quantia, bastante discrepante do preço original.

O banco Safra afirma que a operação pode ter servido para blindar o patrimônio de Cinel, uma vez que o imóvel alienado em garantia a um banco não pode ser alvo de bloqueios da parte de outros credores, nem incluído na lista de ativos disponíveis para a quitação de dívidas da RJ.

O Safra afirma que “não é impossível cogitar que a cédula em questão tenha sido celebrada com o fito de impedir que os credores eventualmente obtivessem” o bloqueio da fazenda, que fica em Balsas, no Maranhão.

A dívida contraída dois meses antes da recuperação, segundo o Safra, também “corroborava com o cenário de absoluta incerteza quanto à real existência de crise econômico financeira” de Cinel e das demais empresas de seu grupo.

O Safra ainda afirma que a inclusão de um empréstimo do próprio banco no valor de R\$

15 milhões na lista de credores é uma forma de tentar impedir que o Safra, caso o deseje, promova a cobrança individual da dívida.

O banco também ressalta que o grupo alegou que a crise financeira tem relação com a expansão das fazendas e questiona os motivos que levaram à inclusão das empresas de segurança privada de Cinel, como a Gocil, no pedido de recuperação judicial. O banco pede para que a Justiça mande a perícia constatar se há real crise econômica na Gocil.

“A conduta do Sr. Washington desnuda a sua pueril tentativa de blindar seu multimilionário de seus legítimos credores, a qual, por sua vez, configura abuso de direito, na medida em que o Sr. Washington se utiliza, de forma fraudulenta, do pedido de recuperação para fraudar credores”, afirma o Safra.

O Banco do Brasil já havia também afirmado, logo no início da recuperação judicial, que Cinel “ostenta uma vida de luxo” e que quer viver às custas de seus credores. O banco pediu à Justiça paulista que obrigue o empresário a explicar seu patrimônio e que seja feita perícia para constatar se ele, de fato, está em crise que justifique a sua recuperação judicial.

Ex-PM e jantares com políticos

Washington Cinel foi policial militar em São Paulo e abriu a Gocil nos anos 1980 para prestar segurança privada, após atuar nessa área para a Rede Globo, na região de Bauru. O negócio expandiu-se para 11 estados ao longo dos anos e tem, hoje, 20 mil funcionários. Atualmente, além de vigilância, o grupo oferece serviços como jardinagem, limpeza, entre outros terceirizados a empresas e governos.

Só do governo paulista, a Gocil recebeu mais de R\$ 100 milhões no ano passado, prestando serviço de vigilância em estações de trens da CPTM e em unidades habitacionais da CDHU.

Com o passar dos anos, a influência política de Cinel também cresceu. Foi na mansão dele nos Jardins, bairro rico paulistano, que o empresário promoveu o evento que lançou a candidatura de João Doria na eleição para prefeito da capital, em 2016, quando o então tucano e seu amigo foi eleito.

Durante o governo passado, Cinel também se aproximou de Jair Bolsonaro (PL) e foi o anfitrião de um jantar do ex-presidente com empresários paulistas, em 2021. Mesmo alinhado a Bolsonaro, ele não deixou de frequentar o Lide, grupo empresarial fundado por Doria e do qual já foi líder da área de segurança.

BNB diz que repassou R\$ 32 milhões em 2023

O Grupo Handz, ao qual pertence a Gocil, afirmou que “seguimos com o nosso processo de Recuperação Judicial com lisura e transparência, dialogando com os credores em respeito a todos os envolvidos”.

O BNB afirmou que “não repassou R\$ 510 milhões presentes nas cédulas de crédito às quais o Metrôpoles obteve acesso às vésperas do grupo de Cinel entrar em recuperação judicial”.

Segundo o banco, “todo recurso efetivamente repassado pelo BNB somou R\$ 188 milhões, sendo que R\$ 156 milhões foram creditados em 2022 e R\$ 32 milhões, este ano.” Ainda de acordo com a instituição, “todo o processo seguiu rigorosamente os trâmites legais e normativos estabelecidos”.

A reportagem do Metrôpoles está baseada em documentos do próprio banco que foram anexados ao processo de recuperação judicial do grupo de Washington Cinel.

FONTE: METROPOLES - LUIZ VASSALLO

Reforma tributária retira autonomia do Estado, alerta campanha

Novos tributos não estão sujeitos à concessão de benefícios fiscais nem de regimes especiais, engessando a capacidade do estado em estimular setores da economia

Marcelo Camargo / Agência Brasil



Previsão é que o texto da reforma tributária seja votado no Senado até o fim do ano

A Para a campanha Tributar os Super-Ricos, setores privilegiados seguem dando as cartas na discussão sobre a reforma tributária. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19, em tramitação no Senado, tem como objetivo simplificar os impostos sobre o consumo. A proposta não contempla a tributação da renda, nem regulamenta o Imposto sobre Grandes Fortunas, por exemplo. O governo pretende tratar dessas questões numa “segunda fase” da reforma, a partir do ano que vem.

A proposta cria o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que unifica cinco impostos (IPI, PIS, CONFINS, ICMS E ISS) em um formato dual: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para estados e municípios. Além disso, prevê a criação do Imposto Seletivo (IS), de competência da União.

O tributo deve incidir sobre produção, comercialização ou importação de produtos e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

De acordo com vice-presidente do Instituto Justiça Fiscal (IJF), Dão Real Pereira dos Santos, o Imposto Seletivo, também chamado “imposto do pecado”, é uma novidade “muito bem-vinda”. Isso porque, afirma, permite ao Estado desestimular o consumo de bens que causem danos individuais ou coletivos.

Seletividade x neutralidade

No entanto, em artigo publicado nesta semana, ele alerta que os dois novos tributos principais – CBS e IBS – incidirão sobre todos os bens e serviços com alíquota uniforme e nivelada nacionalmente. Estão previstas variações apenas em função do destino, por conta de legislação específica dos estados e municípios. Mas não estão sujeitos à concessão de benefícios fiscais nem de regimes especiais.

“Ou seja, com a extinção dos antigos tributos, fica extinta também a seletividade baseada na essencialidade dos produtos ou serviços e a possibilidade de diferenciação de alíquotas por setor econômico”, destacou Santos, que também é auditor fiscal. “A seletividade, que orienta os tributos atuais, dará lugar à neutralidade, segunda à qual, os tributos não poderão interferir na decisão de investimento dos agentes econômicos”.

Nesse sentido, ele afirma que a proposta de reforma tributária modifica o papel do Estado. Isso porque limita a sua capacidade de utilizar os tributos como instrumentos para orientar e induzir a atividade econômica. Ele cita que programas lançados pelo governo Lula para estimular a indústria nacional – como aquele voltado ao setor automobilístico, por exemplo – que seriam inviabilizados caso as novas regras fiscais já estivessem em vigor.

“Privilegiar a neutralidade, em detrimento da seletividade, é uma escolha política, que tem relação com o papel que se quer atribuir ao Estado em relação à atividade econômica. A tributação sobre o consumo, evidentemente, não é o único instrumento à disposição do Estado. No entanto, considerando o seu peso na arrecadação total, certamente, produzirá uma redução significativa em sua capacidade de exercer a intencionalidade política de orientação para o desenvolvimento”, anota o especialista.

Trabalhadores x super-ricos

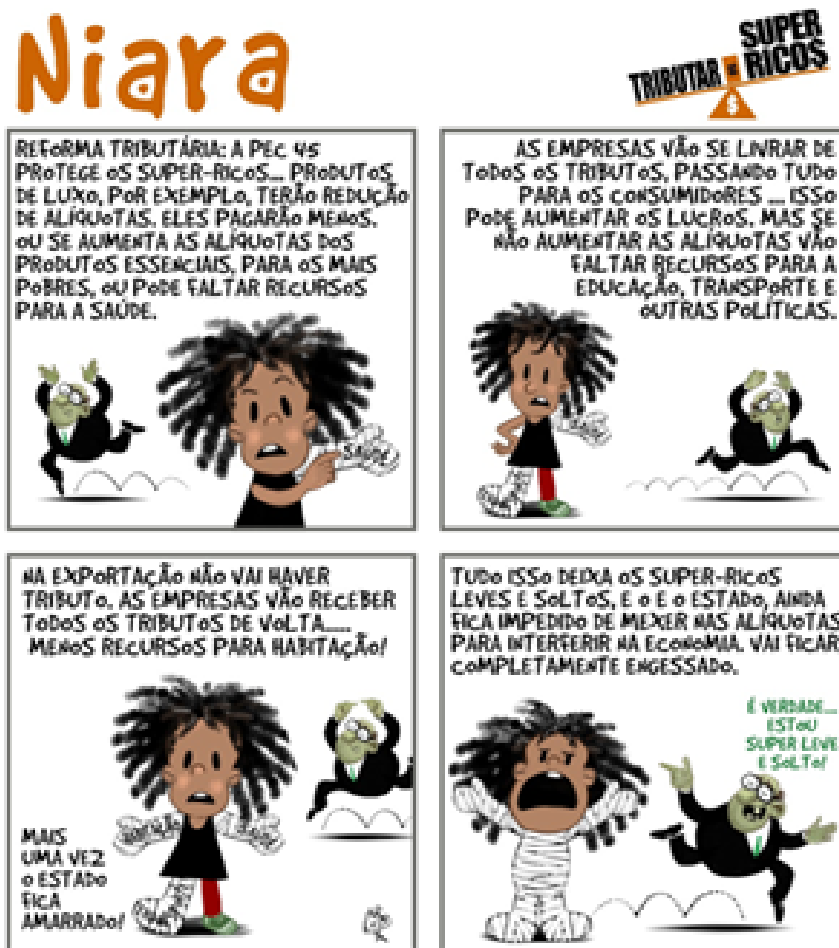
Nesse sentido, as mais de 70 organizações sociais, entidades e sindicatos que compõem a campanha destacam a maioria do Congresso representa principalmente as classes privilegiadas. Nesse sentido, os trabalhadores devem se organizar pressionar por um sistema tributário mais justo e igualitário. “Enquanto os trabalhadores não disputarem a configuração

do sistema tributário, o Brasil seguirá campeão em desigualdade”, afirma a campanha em postagem nas redes sociais.

Assim, a personagem Niara destaca, por exemplo, que os super-ricos conseguiram inserir na reforma tributária a isenção dos novos tributos sobre as exportações. Artigos de luxo também devem contar com redução de alíquotas. O risco, portanto, é que haja aumento dos tributos que incidem sobre o consumo em geral, penalizando os mais pobres. Ou então, o perigo é faltar recursos para políticas sociais em áreas essenciais, como Saúde e Educação.

“Mais uma vez, o Estado fica amarrado”, reclamou Niara, menina negra criada pelo cartunista Aroeira como símbolo da luta por justiça fiscal no país.

Fonte: Redação RBA



Santander repete na Argentina processo de terceirização e desrespeito a acordos coletivos

Movimento do banco espanhol, de retirada de direitos dos trabalhadores, é global e requer união de organizações sindicais de vários países



A greve nacional bancária prevista para esta sexta-feira (20) na Argentina foi suspensa após determinação do Ministério do Trabalho daquele país, que também convocou uma reunião entre a Asociación Bancaria (o sindicato dos bancários argentinos) e representantes dos bancos Santander, Galicia e Supervielle.

O movimento sindical bancário argentino denuncia as empresas pelo descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho, prática injusta nas mesas de negociação, terceirização e fechamento de agências e redução de postos de trabalho, em grande escala, ocasionando a sobrecarga dos funcionários que permanecem.

A secretária de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Rita Berlofa, explica que o desrespeito sofrido pelos trabalhadores do Santander na Argentina é o mesmo sofrido pelos bancários do Santander aqui no Brasil. “Nós nos solidarizamos aos nossos irmãos e vizinhos argentinos. O movimento do Santander, de retirada de direitos dos trabalhadores, é um movimento global, portanto a nossa luta precisa ser articulada no âmbito internacional”, explica.

Aqui no Brasil, Rita lembra que, desde o segundo semestre de 2021, o banco intensificou o processo de terceirização, com a criação de seis empresas, cada uma com funcionários vinculados a um sindicato diferente. “A terceirização causa separação entre os

trabalhadores e, com isso, enfraquece os direitos conquistados na convenção coletiva da categoria bancária. E esse processo é repetido pelo Santander em outros países”, destaca.

A justiça brasileira já condenou três vezes o Santander por fraudar a contratação de bancários, a partir da alteração de contrato para transferir trabalhadores, de forma compulsória, do CNPJ do Santander para um dos CNPJs das empresas criadas. “O objetivo com isso é rebaixar salários e direitos, além de fragilizar a organização sindical por meio da fragmentação da categoria”, explica a coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados do Santander, Wanessa de Queiroz.

Rita observa que nunca foi tão fundamental à classe trabalhadora a organização internacional. “A globalização capitalista desregula os direitos do trabalhador e as cláusulas sociais conquistadas nos acordos coletivos. Isso fica claro com a escalada da precarização do mercado de trabalho não apenas no Brasil, como no mundo, onde estamos vendo que a principal oportunidade de trabalho que é apresentada hoje são as plataformas de aplicativos”, aponta. “Por isso, temos dado cada vez mais destaque para a unidade dos movimentos sociais progressistas, do movimento sindical de trabalhadores. É essa unidade que impediu perdas maiores de direitos nos últimos anos e que vai permitir que tenhamos força contra as novas pressões do capitalismo vigente”, conclui.

Até o momento do fechamento desta matéria não havia saído o resultado da reunião convocada pelo Ministério do Trabalho da Argentina com a Asociación Bancaria e os bancos.

FONTE: CONTRAF

Acordos salariais de 2023 superam inflação em 78% das negociações

Dieese analisou resultados de 13 mil acordos de janeiro a setembro. Variação é positiva há 13 meses

Reprodução



As campanhas salariais de 2023 seguem mostrando desempenho positivo, com 78,1% dos acordos feitos até agora incluindo reajustes salariais acima da inflação. Os equivalentes ao INPC-IBGE totalizam 16,7% do total, enquanto 5,3% estão abaixo do índice. O ganho real médio é de 1,14% além do INPC. Os dados constam de pesquisa do Dieese, divulgada nesta terça-feira (24), com base em 13.024 negociações coletivas de janeiro a setembro.

Entre os setores de atividade, a indústria apresenta 83,7% acordos com ganho real. Já o setor de serviços tem 80% de negociações com reajuste superior à variação da inflação. O comércio tem 57,5%.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Piso salarial

Ainda no período de janeiro a setembro, o valor médio dos 13.216 pisos salariais analisados foi de R\$ 1.626,52, 23% acima do salário mínimo oficial (R\$ 1.320). Entre os setores, o maior valor médio foi registrado nos serviços (R\$ 1.656,81) e o menor, na área rural (R\$ 1.551,85).

Apenas no mês de setembro, de um total de 256 negociações, 71,9% tiveram ganho acima do INPC. Outras 13,7% ficaram com reajuste equivalente à inflação e 14,5%, abaixo. A variação real média dos reajustes caiu para 0,78% acima do índice, mas segue positiva há 13 meses.

O que pode ter contribuído para esse aumento real menor é um certo avanço da inflação. O reajuste necessário para as categorias com data-base em outubro é de 4,51%, terceira alta consecutiva – em julho, estava em 3%. Mas chegava a 11,92% em igual mês de 2022.

FONTE: Redação RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF